

PHILIPPE ARIÈS: UM HISTORIADOR MARGINAL

Marcos Silva
Departamento de História
Universidade Federal de Sergipe

INTRODUÇÃO

Bom Dia a todos(as)! Permitam-me iniciar minha explanação sobre Phillippe Ariès esclarecendo os motivos de haver escolhido este historiador para falar a seu respeito. Primeiro, porque Ariès foi uma pessoa que desenvolveu sua carreira de Historiador longe do ambiente universitário. Sua profissão, durante 37 (trinta e sete) anos, foi a de Diretor do Serviço de Documentação de um Instituto francês de Assistência Técnica a países em desenvolvimento dedicado às frutas tropicais. Em segundo lugar, devido ao fato de que foi ele quem inaugurou a pesquisa história sobre a criança, ao lançar, em 1962, o livro “História Social da Criança e da Família”. E por fim, porque escreveu uma História da Educação na França, entre 1967 e 1970.

Assim, os objetivos desta palestra são simples: apresentar algumas informações biográficas sobre este historiador que contribuam para melhorar a compreensão de sua produção e, a partir de sua obra seminal sobre a história da criança, fazer uma pequena análise da evolução da concepção de infância dos tempos modernos aos dias de hoje.

ALGUNS ASPECTOS BIOGRÁFICOS

Tenho insistido com meus alunos que não é possível compreender a obra de um historiador se não conhecermos a respeito de sua cosmovisão, de suas filiações ideológicas, em suma, de sua perspectiva historiográfica. Para tanto, é obrigatório um conhecimento mínimo da biografia do autor que se estuda. Assim, para ampliar o conhecimento a respeito de Philippe Ariès recomendamos uma auto-biografia que o mesmo escreveu com o sugestivo título: “Um Historiador Diletante”.

Philippe Ariès, filho de um engenheiro, nasceu no ano de 1914, em Blois, na região central da França, e viveu a maior parte de sua vida em Paris. Sua família, originária da região vinícola de Bordeaux, conservava antigos laços com a Martinica. Isto redundou na convivência cotidiana com velhas negras, ex-escravas ou filhas de escravos. Porém, segundo

o mesmo, as relações sociais de sua família “se conformavam ao modelo do Ancien Régime, onde cada um devia permanecer na classe em que nascera...”. Ariès (1994, p. 14).

Ariès era, pois, um elitista: oriundo de uma família burguesa, católica e monarquista. Isto era assumido de tal forma que sua mãe “todo ano dava um jeito de deixar Paris antes de 14 de julho, para não assistir a um aniversário revolucionário que a escandalizava,..” Ariès (1994, p. 22). Assim, seus pais, quando jovens, se aliaram a um partido político monarquista, *Action française* (Ação Francesa), cujos membros provinham da pequena aristocracia da província. Segundo o mesmo, sua infância foi preenchida pelas lembranças do “Ancien Régime”, com retratos da família real nas paredes de sua casa e as histórias que ouvia da participação de seus antepassados na resistência à Revolução.

O interesse pela história foi despertado sob a influência do avô materno e do também reacionário professor de História do liceu. Durante este período, sua principal leitura foi a produção histórica da Ação Francesa. Seus estudos universitários de História foram desenvolvidos na Sorbonne.

A principal influência intelectual sobre Ariès neste período foi o trabalho de Charles Maurras, um pensador radical, nacionalista, anti-semita e anti-republicano, principal ideólogo da Ação Francesa que influenciou os movimentos reacionários europeus no início do século XX e que em 1945 foi condenado à prisão perpétua por colaboração com o inimigo.

Assim, no início da década de 1930, durante o curso superior, escreveu artigos para um jornal de estudantes da Ação Francesa. Estes primeiros escritos ressaltavam “o sentido de grupo, da pequena coletividade forjada pelas solidariedades da vida cotidiana e da tradição.” Ariès (1994, pp. 52, 53).

Esta foi a perspectiva teórica que guiou a experiência intelectual do curso superior de História na Sorbonne. O que chamou a atenção de Ariès foi “a existência de uma sociedade fora do Estado, o fato de que essa sociedade mudava e de que essa mudança não era devida à boa ou à má ação do Estado,..” Ariès (1994, p. 56). Na verdade, ele estava descobrindo a História Social.

O interessante é que, à época, estas eram “idéias completamente novas e escandalosas na historiografia de direita”, na qual Ariès havia sido educado, e que considerava “a classe social uma criação artificial da esquerda”. Na realidade, os pioneiros da história social foram os geógrafos, pesquisadores da geografia humana, e que exerceram forte influência sobre os historiadores no início do século XX.

Desta forma, a “dissertação de licenciatura” de Ariès, equivalente ao atual mestrado, foi sobre a comunidade dos comissários examinadores de Paris no século XVI, uma mistura

de policial, investigador e juiz encarregado de zelar pela ordem na cidade. Esta foi uma tentativa de conciliar as tendências opostas com as quais convivia: enquanto trabalhava com a nascente história social, despolitizando a história, compunha o núcleo de militantes da Ação Francesa da Faculdade de Letras da Sorbonne.

Outros eventos significativos na vida de Philippe Ariès foram as duas reprovações que sofreu para o concurso de cátedra na Sorbonne. Foi enquanto se preparava para este concurso que Ariès descobriu os livros de Marc Bloch, Lucien Febvre e a coleção dos primeiros *Annales*.

Mas, apesar de haver sido reprovado na prova oral do concurso de cátedra, Ariès havia sido aprovado na prova escrita. Isto lhe valeu um convite para ensinar no liceu de Rennes, ao qual não aceitou. Assim, apesar de haver renunciado ao ensino secundário e à carreira universitária, ele se questiona: “Se tivesse aceitado o convite, talvez minha vida tivesse sido outra. Teria escrito os mesmos livros? Na melhor das hipóteses, seria, agora, professor na Paris IV!”. Na sua explicação ele renunciou à carreira universitária para “criar imediatamente alguma coisa”. Ariès (1994, p. 78 e 83).

Em função deste contexto, Ariès publicou seu primeiro livro em 1943, “As Tradições Sociais no País da França”. Um estudo sobre a origem e força “dos diversos hábitos religiosos, políticos, econômicos, sociais ou literários que, ao se acumularem, deram a algumas das grandes regiões francesas seu caráter próprio e à França inteira sua estrutura e seu rosto.” Ariès (1989, p. 10).

Assim, durante os anos de guerra, Ariès definiu suas principais influências. Entre os que conviveu, destacou-se Daniel Halévy, um historiador social francês que ficou conhecido por sua teoria da “aceleração da história” e por uma biografia de Friedrich Nietzsche. Através de leituras, sua grande influência foi Marc Bloch e Lucien Febvre. Na realidade, Ariès não conviveu nem com a primeira, nem com a segunda geração dos *Annales*. Segundo o mesmo, ele viu Lucien Febvre uma ou duas vezes apenas e só veio encontrar com Fernand Braudel em 1976, nos Estados Unidos. Ariès confessou em sua auto-biografia que manteve uma certa distância desses “grandes homens”.

Na verdade a conciliação de sua postura reacionária com a escola dos *Annales* se deu na medida em que ele rejeitava a historiografia de direita e tinha aversão pela ação política defendendo “uma história que reduza o lugar do Estado e das ideologias, em benefício de uma cultura mais etnográfica”. Ariès (1994, p. 97).

Entre 1943 e 1947 Ariès pesquisou para escrever seu segundo livro: “História das populações francesas e de suas atitudes diante da vida” que, segundo o mesmo, já trazia

programada em seu conteúdo toda a sua obra posterior. Em 1951, Ariès lançou o livro “O Tempo da História” que na realidade é uma coletânea de oito textos. Segundo Roger Chartier, que escreveu o Prefácio da edição que foi publicada no Brasil em 1989, este livro apresenta a “trajetória de um historiador através das diversas concepções da história existentes em sua época. Em seu coração, o distanciamento das ligações de sua infância e de sua juventude de homem de família, de tradição, de opiniões monarquistas, educado na lenda da monarquia perdida, leitor de Bainville, fiel a Maurras e à *Action française*.” Ariès (1989, p. 13). Além disto, segundo Chartier, “*O Tempo da História* é sem dúvida o primeiro livro escrito por um historiador não pertencente à ‘escola’ em que se manifesta uma compreensão tão aguda da ruptura representada pelos *Annales*, a obra de Bloch e a de Febvre – o que não significa apenas reconhecer a qualidade dos livros que haviam escrito, mas compreender que após eles a história não poderia mais ser como antes.” Ariès (1989, p. 18).

Philippe Ariès permaneceu pouco reconhecido como historiador até o lançamento de “História Social da Criança e da Família”, em 1962. O livro mereceu uma resenha de Jean Louis Flandrin em um número dos *Annales*, o que tem sido reconhecido como o fato que assinalou o final de seu isolamento da comunidade dos historiadores profissionais.

HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA

As principais fontes utilizadas por Ariès para escrever seu livro sobre a criança e a família foram os documentos iconográficos e a literatura. Este livro custou dez anos de pesquisas, entre 1950 e 1960 e foi inspirado na observação do autor das “transformações contemporâneas dos modelos familiares”. Ariès (1994, p. 133).

A principal tese defendida foi que, durante o período medieval, pelo menos até o século XII, a arte não retratou a criança; demonstrando com isso que, naqueles tempos, não havia consciência da existência da infância, como uma fase separada da existência humana, com características especiais. A concepção que predominava era a de um adulto em miniatura.

É com estas palavras que Ariès (1981, p. 156) defende seu argumento: “Na sociedade medieval, (...) o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.”

Porém, historiadores posteriormente têm demonstrado que a concentração medieval em temas religiosos determinou a exclusão, nos temas tratados pelos artistas, de quase toda a vida secular, não se constituindo, portanto, a falta do tema infantil em “ausência significativa”.

Por outro lado, se tomarmos em consideração o fato, somente recentemente reconhecido, de que a infância não é um dado natural, mas sim uma construção histórico-social, e que cada sociedade, em diferentes momentos, engendra sua própria concepção de infância, abre-se a porta para uma crítica fundamentada à tese de Philippe Ariès.

Inicialmente, vejamos quais foram os antecedentes medievais para a constituição de sua concepção de infância: Primeiro, podemos mencionar os costumes romanos. Não era nada propícia a forma como as crianças eram tratadas entre os romanos: ao nascer, a criança estava sujeita à vontade absoluta do pai. Se ele não aceitasse o filho ou a filha, a criança rejeitada, na sua maioria, era abandonada à morte. Segundo, temos o ancestral bárbaro germânico. Apesar de não praticarem o infanticídio, os germânicos não reservavam cuidados especiais para com as crianças e seu destino também dependia da vontade paterna. Em terceiro lugar, operou a influência cristã sobre a concepção medieval de infância. Nesta sim, a criança foi minimamente valorizada, seguindo o exemplo dos textos do Novo Testamento que apresentam Jesus de Nazaré acolhendo e tomando o comportamento das crianças como ideal para os pretendentes ao Reino.

Assim, não se poderia esperar da sociedade medieval um grande desenvolvimento no trato com a criança. Apesar disso, os historiadores encontraram documentação que demonstra a existência de códigos jurídicos onde se preceitua o trato diferenciado para com pessoas com menos de 15 (quinze) anos. Além disso, no seio dos mosteiros, as crianças, chamadas de “oblatos”, que eram dedicadas desde cedo à vida religiosa recebiam um tratamento diferenciado em função de sua pouca idade.

Assim, a conclusão dos historiadores é que no período medieval havia sim alguma consciência de uma espécie de “infância”, mas sua concepção era bastante diferente da que temos hoje.

De um modo geral, até o início dos tempos modernos, predominavam os métodos informais de socialização dentro da família e da comunidade local. As crianças aprendiam a arte de viver informalmente entre os adultos. Aos filhos dos nobres, a quem estava reservado o ofício das armas, cabia o serviço a um mestre cavaleiro. As filhas da aristocracia eram entregues aos cuidados de preceptoras que lhes ensinavam boas maneiras e o papel de esposas.

Aquelas crianças que estavam nos estratos inferiores da escala social se tornavam aprendizes de ofício e passavam a conviver com os mestres artesãos em suas casas. Outros, tornavam-se serviçais em casas ou plantações de pequenos agricultores. Este sistema informal de educação caracterizava-se pela liberdade das crianças para se misturar com os adultos, estimulando o exercício menos solitário das aptidões individuais e podia se adaptar a diferentes carreiras profissionais. A grande desvantagem deste sistema medieval de educação informal era o conservadorismo inerente: tudo se fazia no sentido de reproduzir a ordem reinante.

Perceba, então, que a sociedade da Europa Ocidental, no início dos tempos modernos, não trabalhou num vazio, ao ter que definir sua forma de encarar a criança. A realidade é que as transformações ocorridas entre os séculos XV e XVII operaram uma mudança na forma de se conceber a infância e, conseqüentemente, na maneira em que se processava a educação.

Não podemos esquecer que esse tempo, sendo um período de transição, vai comungar ainda de várias características do próprio pensamento cristão medieval. Ora, o cristianismo é ambíguo em sua concepção de infância. Apesar do testemunho favorável dos evangelhos, a concepção de homem que a religião da cruz sustenta é pessimista, uma vez que convive com a idéia do pecado original. Assim, segundo o pensamento cristão, a natureza humana é má, precisando ser restaurada. Isso determina uma postura em relação à infância bastante repressora.

Bem, seria interessante apresentarmos a reação de Philippe Ariès às críticas que seu livro recebeu de historiadores como o próprio Jean Louis Flandrin, que foi quem percebeu que Ariès constatou uma “inovação absoluta” onde haveria apenas “uma mudança de natureza”.

Talvez a explicação que Ariès apresenta na apresentação do 3º Volume da História da Vida Privada, organizado por ele e Roger Chartier, ajude a matizar sua compreensão inicial. Assim, segundo ele, para explicar as mudanças nos tempos modernos deveria-se acolher uma abordagem que consistiria “em modificar a periodização clássica e estabelecer como princípio que, de meados da Idade Média ao final do século XVII, não houve mudança real das mentalidades profundas. Não hesitei em adotá-la em minhas pesquisas sobre a morte¹. Isso

¹ Durante a década de 1960, aproveitando inúmeras viagens de trabalho pela França e a Europa, Ariès realizou um estudo sobre as atitudes dos homens diante da morte. Iniciou suas pesquisas pelos estudos do culto aos túmulos e aos cemitérios. Depois ampliou suas fontes para os túmulos, a iconografia e a epigrafia funerária, visitando igrejas, museus e cemitérios, e também para os testamentos. Em 1971, ao ser convidado para participar de um ciclo de palestras na Universidade Johns Hopkins, uma das universidades de maior prestígio nos Estados Unidos, sobre seu livro “O Tempo da História”, Philippe Ariès propôs trabalhar com o tema que vinha pesquisando há anos. Assim, apresentou suas pesquisas sobre a morte em um ciclo de quatro conferências que acabaram acontecendo no ano de 1973. Estas conferências, depois acrescidas de outros trabalhos e sistematização deram origem ao livro conhecido no Brasil como “História da Morte no Ocidente”, que foi

equivaleria a dizer que a periodização da história política, social, econômica, e até cultural, não conviria à história das mentalidades. Todavia, há tantas mudanças na vida material e espiritual, nas relações com o Estado, depois com a família, que devemos abordar o período moderno como uma época à parte, autônoma e original, não esquecendo o que deve a uma Idade Média remanejada e tendo em mente que anuncia a época contemporânea, sem no entanto ser a simples continuação de uma nem o esboço da outra.” História da Vida Privada (1991, p. 8).

Segundo Ariès, no prefácio da edição de 1973 de seu livro sobre a criança, se tivesse de escrever este livro novamente ele manteria as grandes linhas mas levaria em conta dados novos: chamaria a atenção para a persistência, até o fim do século XVII, do infanticídio tolerado. Uma prática oculta, que consistia no fato dos pais ajudarem a morrer as crianças que não queriam conservar. Após o Concílio de Trento, esta prática oculta, ilegal, mas, tolerada, passou a ser proibida veementemente pelos bispos.

E também se dedicaria à história da idade do batismo. Segundo ele, em meados do medievo se batizavam as crianças quando bem se entendia e, com o passar do tempo a regra passou a ser o batismo da criancinha pequena.

Segundo Ariès, estes fatos permitiriam perceber a atitude diante da infância em épocas remotas e mostrar que as mentalidades se transformaram através de uma série de pequenas mudanças. Depois ele arremata: “Portanto, foi como se as pessoas tivessem começado a descobrir a alma das crianças antes de seu corpo, sob a pressão das tendências reformadoras da Igreja.” Ariès (1981, pp. 18, 19 e 20).

Para Philippe Ariès, após o efeito de seu livro, duas teses restaram confirmadas. Primeiro: Na sociedade tradicional da Idade Média, a socialização não era assegurada, nem controlada pela família. E, segundo: a partir do fim do século XVII, a criança e a família assumiram um novo lugar na sociedade. A escola passou a forçar um período de quarentena para a criança, antes que ela adentrasse ao convívio social mais amplo.

Mas, afinal que fatores determinaram esta mudança no lugar da criança na sociedade e o surgimento de uma nova concepção de infância? Bem, a própria revolução da prensa gráfica, a partir de meados do século XV, vai determinar a constituição de uma distância, afastamento, entre o mundo adulto e o universo da criança. Criou-se um novo universo simbólico, a chamada cultura das publicações, regido por um código que precisa ser aprendido para poder ser decifrado e, assim, o indivíduo poder desvendá-lo. A criança não

podia mais naturalmente penetrar no mundo e no conhecimento adultos. Foi preciso inventar uma instituição que preparasse a criança para, por meio da alfabetização, decifrar o universo adulto.

No entanto, a contribuição definitiva para a mudança moderna na concepção de infância veio do campo religioso. Da parte do catolicismo, a partir da inclusão da criança numa perspectiva espiritual, exaltando a dimensão mística da criança e propagando a devoção ao menino Jesus, a partir de meados do século XVI. Por sua vez, a Reforma Protestante trouxe a idéia de disciplina e controle moral para com as crianças. Além disso, o crescimento do interesse pela educação vai completar uma mudança cultural que determinará uma alteração progressiva na concepção de infância.

Mas, outros importantes fatores cooperaram de longa data para a transformação na concepção de infância. Mudanças no campo e o crescimento das cidades alteraram a estrutura familiar. Segundo Philippe Ariès, as mães e amas de crianças da classe média passaram a tratar as crianças como fonte de prazer devido à sua doçura e gracejos. Por outro lado, também, um grupo de advogados, padres e moralistas reconheceram a inocência e fragilidade das crianças.

Em função destes dois grupos de pessoas, Ariès identifica “dois sentimentos da infância”. O primeiro, a paparicação, oriundo do meio familiar e o segundo, a exasperação, surgido entre os moralistas e educadores do século XVII, que não admitiam o mimo reservado às crianças e se voltavam a elas com um interesse psicológico e moral. Philippe Ariès reconhece que toda a educação se inspirou nesse segundo sentimento até o século XX. A criança deixou de ser vista como um “brinquedo encantador” e veio a ser percebida como um ser que precisava ser preservado e disciplinado.

Esta foi a função que assumiu a escola moderna: “um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos.” Ariès (1981, p. 165).

Efetivamente aliada a esta evolução na concepção de infância, aconteceu uma evolução da escola moderna. Uma primeira consequência foi que não se admitia mais a mistura das idades nas atividades escolares. Se antes se organizavam as classes escolares com base na capacidade dos indivíduos, independentemente de suas idades, com o passar do tempo o critério principal para a formação das classes passou a ser o da idade.

No século XVIII, a nova concepção de infância será justificada com base nas idéias de John Locke e Jean Jacques-Rousseau. O primeiro, com seus escritos, difundiu pela Europa a

visão da criança como *tábula rasa*, contribuindo assim para minimizar os efeitos da idéia cristã do “pecado original” e valorizando a educação como capaz de moldar o indivíduo. Bem, a seguir veio a contribuição de Jean-Jacques Rousseau para a educação moderna. Ele foi o maior defensor da consideração da infância como uma fase peculiar e quem justificou a necessidade de isolamento da criança do mundo adulto: o homem (a criança) é naturalmente bom, a sociedade é que o corrompe.

Podemos perceber como os mais diversos fatores, desde uma inovação técnica, aspectos socioeconômicos, culturais e ideológicos trabalharam conjuntamente para o desenvolvimento da noção moderna de infância.

Mas, não podemos esquecer que na mesma época em que Jean-Jacques Rousseau defendia de forma tão veemente uma compreensão renovada da infância e um tratamento especial às crianças, iniciou-se a Revolução Industrial. Veio, então, o problema da exploração das crianças pobres a partir do trabalho nas fábricas.

Percebemos então que a infância, como uma fase de cuidados especiais com a criança, separada do mundo adulto, longe do trabalho e confiada às escolas, chegou primeiro para as classes privilegiadas.

Durante o século XIX, lutou-se contra o trabalho infantil, para que todas as crianças freqüentassem a escola e por uma legislação que protegesse as crianças da exploração dos adultos. Defendia-se a tese de que a criança era economicamente “sem valor”, mas emocionalmente “inestimável”.

Obviamente, quando se iniciou o século XX, a luta dos reformadores sociais na Europa Ocidental tinha surtido efeito e, defendendo-se a tese de que os jovens corporificavam o futuro da sociedade, já se contabilizavam alguns avanços significativos na condição das crianças e adolescentes: diminuição das taxas de mortalidade infantil, aumento da altura média dos jovens, maior taxa de alfabetização e de freqüência à escola.

Nessa época, o Estado moderno já havia assumido diversas funções sociais que influenciariam para melhor na vida das crianças e adolescentes: desde as políticas de saúde pública até a preocupação com um ambiente escolar sadio. A escola passou a substituir o trabalho como principal ocupação para as crianças, reforçando a necessidade de os Estados constituírem seus sistemas públicos de educação.

Quando chegamos ao final do século XX, a concepção de infância surgida nos tempos modernos, já não poderia ser aplicada às crianças. Segundo Kincheloe (2004, p. 13): “A mudança na realidade econômica, associada ao acesso das crianças a informações sobre o mundo adulto, transformou drasticamente a infância.”

Esta crise contemporânea da infância se deve a vários fatores, porém, considera-se que o principal responsável é a “produção corporativa da cultura infantil popular e seu impacto nas crianças”. Esta “cultura infantil” corresponde necessariamente a um “currículo cultural” que é produzido não somente pela escola, mas, também por livros e, sobretudo, pela TV, pelo cinema, pelos jornais, pelas revistas, pelos brinquedos, pelas propagandas, pelos videogames, pelos esportes etc. Kincheloe (2004, p. 14).

A preocupação surge no momento em que nos damos conta de que as principais organizações que “criaram este currículo cultural não são educacionais, e sim comerciais, que operam não para o bem social mas para o ganho individual” Kincheloe (2004, p. 15).

Assim, a vinculação dos estudantes às linguagens midiáticas, o próprio condicionamento de sua percepção de tempo e espaço à mediação tecnológica, suas novas formas de ver e sentir, geraram uma distância entre o *modus operandi*, a maneira de agir, da escola e a vivência cotidiana da nova geração.

Ressalto, porém, que não estou assumindo uma postura apocalíptica no que diz respeito a influência das mídias e no novo tipo de infância que está emergindo a partir da predominância dos processos informais de educação. De certa forma fica difícil negar que a evolução técnica trouxe um aumento do potencial cognitiva das pessoas e da própria sensibilidade perceptiva. Mas, não nos parece que isto signifique a capacidade de enxergar por trás do pano do espetáculo midiático. Digo isto porque efetivamente “não há nada transparente sobre programas de TV ou filmes infantis, mas mensagens vêm sendo enviadas às nossas crianças com a intenção de trazer à tona pontos de vista particulares e ações que são o maior interesse daqueles que os produzem.” Kincholoe (2004, p. 24).

A realidade é que a cultura infantil está sendo produzida por corporações com interesses comerciais e que esboçam uma ideologia cujos pressupostos nunca são explicitados e que adquiriram um poder tremendo de determinar a vida privada das crianças. Ora, além do desenvolvimento de um tipo de inteligência nas crianças, esta nova cultura infantil também contribuiu para quebrar a autoridade dos adultos sobre as crianças. Kincheloe (2004, p. 34) assim descreve esta nova realidade: “... Os adultos perderam a autoridade que tinham antes por saberem coisas que as crianças, propositalmente protegidas, não sabiam. A informação adulta é incontrollável; agora, a criança vê o mundo como ele é (ou pelo menos como é descrito pelos produtores de informação corporativos).

O interessante é perceber como no início do terceiro milênio, de uma certa forma, estamos voltando para uma estruturação da infância e da educação tal qual existia antes da invenção da escolarização moderna. Algumas características pré-modernas estão voltando sob

o impacto das mídias eletrônicas: o mundo separado da infância está sendo destruído exatamente porque o código cultural dos adultos novamente voltou a ser decifrado pelas crianças e a escola está sendo pressionada a rever todo o seu aparato pedagógico justamente no sentido do aprender-fazendo que caracterizava a educação nos moldes tradicionais.

CONCLUSÃO

Para efeito de conclusão vou compartilhar com vocês mais uma pequena informação biográfica sobre Philippe Ariès: No final de 1979, François Furet convidou Ariès para almoçar. Durante o encontro lhe confidenciou que ele e outros acadêmicos ficavam, muitas vezes, intrigados com Ariès e seu trabalho e se questionavam quem seria ele. Na ocasião, Ariès lembrou que houve um tempo em que alguns do meio acadêmico, jocosamente, diziam que ele era “um comerciante de bananas”. Durante este almoço François Furet, propôs a Ariès entrar para a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, um dos principais centros de investigação das ciências sociais na Europa.

Assim, Philippe Ariès, ao morrer alguns anos após, em 1984, partiu com a convicção de que sua obra recebera a aprovação por parte da tribo dos historiadores profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. Um Historiador Diletante. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. O Tempo da História. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. História Social da Criança e da Família. 2ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1981.

Cultura Infantil: a construção corporativa da infância / Shirley R. Steinberg, Joe Kincheloe (organizadores); tradução George Eduardo Japiassú Bricio. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DA COSTA, Ricardo. A Educação Infantil na Idade Média. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur17/ricardo.htm>. Acesso em: 16 Dez. 2008.

PRIORE, Mary Del. História da Criança no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

HEYWOOD, Colin. Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

História da Vida Privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes / organização Philippe Ariès e Roger Chartier. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).